

# Cresce tendência de extinguir os partidos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

No governo e na Assembleia Nacional Constituinte aumenta o número das opiniões favoráveis à extinção dos atuais partidos para facilitar o reagrupamento ideológico e político das diversas forças em conflito. O ministro da Saúde, Borges da Silveira, deputado pelo PMDB do Paraná e um dos coordenadores do Centro Democrático, é um dos que não escondem a ideia.

Julga que os atuais partidos, ou, pelo menos, os maiores, como PMDB e PFL, já cumpriram seus ciclos e missões. Hoje, são conglomerados dispersos internamente, formados por grupos heterogêneos e em choque permanente, seja por questões de doutrina, seja por razões de interesse político. Não vai dar para continuar assim, pois o resultado é a instabilidade e a falta de sustentação parlamentar para o governo — o atual e os futuros. Melhor seria, em seu entender, que as lideranças partidárias reconhecessem o fato, deixando de lutar contra a corrente, e promovessem a extinção através de um acordo. Ele prefere essa fórmula à extinção por via legal, constante de emenda apresentada esta semana pelo deputado Adolfo de Oliveira, do PL do estado do Rio

O ministro João Alves, do Interior, integrante do PFL, não chega a propor a extinção, mas vai quase lá. Acha que do jeito que as coisas estão fica muito difícil continuar, mas também rejeita a interferência da lei, isto é, do Estado, para o trato de questões partidárias. Cada legenda deveria pensar e decidir por si, reconhecendo as dificuldades.

Diversos ministros preferem não exprimir de público sua opinião nesse sentido, que poderia ser interpretada como intromissão do Executivo nas negociações do Legislativo, mas não deixam de torcer por ampla reformulação do quadro partidário.

Entre eles estão Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, do PFL, e Prieto Viana, da Habitação, do PMDB. Reconhecem que, na prática, os partidos já não funcionam. Perderam a unidade e estão dispostos numa série de blocos ou de segmentos estanques, comportando-se conforme seus pontos de vista e contribuindo para a desmoralização da vida partidária. É claro que, no governo, também existem ministros defensores da permanência dos atuais partidos, como Luis Henrique, da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, da Previdência Social, e Jader Barbalho, da Reforma Agrária, todos do PMDB.

O importante a notar é que, no Congresso, a tendência aumenta. Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça, anuncia a disposição de deixar o PMDB logo após a promulgação da nona Constituição. Ele constata a exaustão do seu partido, hoje dividido entre o MUP (Movimento de Unidade Progressista), os históricos, o Centro Democrático, a esquerda independente e o grupo do poite. Em suas palavras, os partidos existem enquanto seus aliados possuem objetivos comuns, ainda que possam divergir na metodologia para aplicá-los. Foi assim com o antigo MDB

e, depois, com o PMDB. Havia um denominador, a queda da ditadura e a implantação de um regime democrático, nele se alinhando pessoas com ideologias distintas.

Removido o autoritarismo, o resultado não poderia deixar de ser outro: a confusão e a perda de unidade de ação, precisamente porque os objetivos agora são desiguais. Uns querem o capitalismo ortodoxo, outros o socialismo, estes são estatizantes, aqueles privatizantes. Não há remédio, sequer na fidelidade partidária, uma solução do passado que não tem vez na democracia. A fidelidade não pode ser imposta por determinação legal, como uma camisa-de-força. Deve ser espontânea e natural. Se não existe, a saída está na reformulação ampla.

Assim pensam os históricos, ainda que vacilem quanto à oportunidade de deixar o PMDB. Ficariam em desvantagem, sendo preferível, por isso, a extinção. Ninguém se tornaria dono de despojos nem herdeiro de estruturas assentadas. Compartia tudo de novo. O Centro Democrático, de início, imaginou constituir-se no embrião de um novo partido, depois voltou atrás, preferindo lutar pela conquista do controle do PMDB. Agora, a tendência virou outra vez, impulsionada pela sombra do Centro, que se tornou maior e mais influente, composto também por parlamentares de outros partidos, mas específico para atuar na Assembleia Nacional Constituinte.

É claro que, na direção dos atuais partidos, há reação. Ulysses Guimarães não quer nem ouvir falar na extinção do PMDB, que tem como marca registrada e, mais do que isso, como instrumento para seus projetos pessoais. Se se tornará presidente da República através da estrutura e dos dividendos da legenda que dirige. Marco Maciel, presidente do PFL, também repudia a proposta. Lembra que a extinção de partidos por ato do poder público tem sido prejudicial ao desenvolvimento político do País. Em 30, a Revolução acabou com as legendas então vigentes, criando-se outras que, em 37, foram dissolvidas. Os já antiquíssimos partidos formados em 46 se iam decantando e se afirmando até ideologicamente, mas se viram proibidos de funcionar por força do Ato Institucional nº 2, em 1965. Arena e MDB terminaram com a Emenda Constitucional nº 11, em 1979. Se fomos repetir os erros do passado, através da emenda Adolfo Oliveira, começará tudo outra vez. Cada legenda deve ter liberdade suficiente para decidir. O PMDB mostra uma evidente confusão ideológica, mas o PFL não. Pode haver divisão entre os liberais, mas ditada por razões de ordem política.

Dessas opiniões, verifica-se que o tema volta ao debate. Seus inspiradores, como Adolfo de Oliveira, não aceitam a crítica de estar repetindo o passado autoritário. Porque em 30, 37 e 65, as extinções vieram por atos do poder ditatorial, sem dar aos partidos o direito de defesa ou a mera participação nas decisões. Agora, a dissolução viria por voto da maioria, democraticamente e sem constrangimentos, no caso de mais de 260 constituintes apoiarem a sua emenda. C.A.